

Junho, 2012

BPC Policy Brief - V. 2 N. 46

BPC Policy Brief

Monitor:

O caminho para Nova Déli?
A reforma do FMI, a sucessão
no Banco Mundial e o banco do
BRICS

Diego Santos Vieira de Jesus



Sobre o BRICS Policy Center

O BRICS Policy Center é dedicado ao estudo dos países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e demais potências médias, e é administrado pelo Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI), em colaboração com o Instituto Pereira Passos (IPP).

Todos os *briefs* tem sua publicação condicionada a pareceres externos. As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a)s autor(a)(es)(as), não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

Equipe BPC

SUPERVISOR GERAL
Paulo Esteves

COORDENADORA ADMINISTRATIVA
Lia Frota E Lopes

ASSISTENTE ADMINISTRATIVA
Bruna Risieri

EDITORAÇÃO E DESIGN
Thalyta Gomes Ferraz
Vinicius Kede

BRICS Policy Center/Centro de Estudos e Pesquisas BRICS
Rua Dona Mariana, 63 - Botafogo - Rio de Janeiro/RJ
Telefone: (21) 2535-0447 / CEP/ZIP CODE: 22280-020
www.bricspolicycenter.org / bpc@bricspolicycenter.org

BPC Policy Brief. V. 2. N. 46
Junho / Julho - 2012. Rio de Janeiro. PUC. BRICS Policy Center
ISSN: 2318-1818
6p ; 29,7 cm
1. Relações Internacionais. 2. Cúpulas. 3. Governança Global.



O caminho para Nova Déli? A reforma do FMI, a sucessão no Banco Mundial e o banco do BRICS

Diego Santos Vieira de Jesus

O Grupo dos 20 (G20) – que conta com representantes das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia – foi criado como um grupo permanente e informal no contexto de crises sucessivas na década de 1990. Seu objetivo era promover discussões sobre a gestão da economia mundial e a promoção da estabilidade financeira internacional. Na última década, o grupo se fortaleceu em face da inabilidade do sistema G7/8 de solucionar questões da governança financeira global e da necessidade de incorporação dos países emergentes em discussões sobre essas questões.

Os ministros de Finanças e chefes dos bancos centrais dos países do BRIC / BRICS se reuniram com frequência à margem dos encontros ministeriais do G20, principalmente com o objetivo de defender a reforma de instituições financeiras como o FMI e o Banco Mundial. No último encontro, em fevereiro de 2012, na Cidade do México, os representantes do BRICS debateram questões como a ajuda aos países da zona do euro e a reforma do FMI, a sucessão no Banco Mundial e a criação de um banco multilateral de desenvolvimento, comandado por países emergentes.

Um maior poder de fogo do FMI seria importante, segundo alguns membros do BRICS, no auxílio aos países mais vulneráveis à possível desaceleração da economia em 2012 e 2013, em grande parte por conta da demora na resolução dos problemas na zona do euro. Essa desaceleração pode trazer mais desemprego, redução da atividade comercial da qual Estados em desenvolvimento dependem, balanças comerciais deterioradas e queda do preço de commodities, o que seria prejudicial para países emergentes. Além de condicionar a ajuda à União Europeia ao esgotamento das possibilidades do bloco de resolver seus problemas por meios próprios, em particular pelo reforço de seus fundos de resgate para apoiar os países atingidos pela crise, o Brasil ressaltou que o auxílio deveria ser acompanhado de reformas no FMI e da ampliação do poder de decisão dos países emergentes.

Desde a Cúpula do G20 em Washington, em novembro de 2008, os membros do então BRIC defenderam a reforma do sistema financeiro internacional, a reestruturação das instituições financeiras multilaterais e a qualificação do G20 para tratar dessas questões. No encontro dos ministros de Finanças em Horsham, em 2009, o ministro da Fazenda brasileiro Guido Mantega anunciou que o BRIC não iria acelerar o aporte

de fundos capitais ao FMI enquanto fosse mantido o status quo da instituição. No encontro dos ministros de Finanças e chefes dos bancos centrais em Londres, também em 2009, numa coordenação prévia ao encontro dos homólogos do G20, os ministros dos países do agrupamento propuseram aumentar a participação dos emergentes em cerca de sete pontos percentuais no FMI e seis no Banco Mundial. Na Cúpula do G20 em Pittsburgh, em 2009, os membros do BRIC conseguiram, com a mediação dos EUA, que a União Europeia concordasse em ampliar a participação dos países em desenvolvimento de 40% para 45% nas cotas do fundo; no Banco Mundial, a participação no direito de voto seria ampliada de 44% para 47%. No mesmo ano, a Assembleia Anual do FMI e do Banco Mundial terminou com o apelo para que a crise econômica mundial fosse aproveitada como chance de reformas.

Durante a Cúpula do BRIC em Brasília, em 2010, os líderes ressaltaram o risco de que instituições como o FMI e o Banco Mundial desaparecessem por obsolescência. Por isso, elas deveriam resolver urgentemente seus déficits de legitimidade, o que requereria uma mudança substancial no poder de voto em favor das economias emergentes. Na Cúpula de Sanya, em 2011, os membros do BRICS também instaram a que fossem atingidas de maneira rápida as metas de reforma do FMI. Após Sanya, os esforços do BRICS nessa direção foram intensificados. No encontro à margem da Reunião Anual do FMI e Banco Mundial em 2011, os ministros de Finanças dos membros do agrupamento se mostraram preocupados com o ritmo lento das reformas do sistema de cotas e da governança no FMI e se mantiveram comprometidos a trabalhar com a comunidade internacional, mencionando especificamente o G20. Após reunião com os outros membros do BRICS no contexto da Cúpula do G20 em Cannes naquele mesmo ano, o Brasil mostrou-se disposto a colaborar financeiramente com um plano de resgate à zona do euro, desde que essa ajuda fosse feita exclusivamente via FMI.

No que dizia respeito à sucessão no Banco Mundial, o encontro dos ministros de Finanças do BRICS à margem da reunião ministerial do G20, em fevereiro de 2012, serviu como mais um espaço em que o agrupamento de países emergentes manifestou a insatisfação com os processos decisórios do Banco Mundial e propôs avaliar o candidato a presidente do banco não de acordo com a sua nacionalidade, mas com seus méritos. Havia a tradição de eleger um europeu para o FMI e um norte-americano para o Banco Mundial. Em 2009, os ministros de Finanças do BRICS já mostravam apoio a um sistema de seleção aberto e baseado em méritos. Na reunião de Altos Funcionários responsáveis por temas de segurança, em 2010, os representantes dos membros do agrupamento defenderam que a escolha dos dirigentes de FMI e Banco Mundial deveria ser orientada por critérios técnicos, não pela dimensão das economias da época em que essas instituições tinham sido criadas.

Embora o BRICS considerasse uma “questão de princípios” a existência de concorrência ao candidato dos EUA, era incerto, em fevereiro de 2012, se o agrupamento seria capaz de apresentar um candidato para disputar com o norte-americano – provavelmente o ex-assessor econômico da Casa Branca, Larry Summers, ou a secretária de Estado, Hillary Clinton – o cargo hoje ocupado por Robert Zoellick, que deixará o posto em junho deste ano. Os EUA pareciam caminhar para a consolidação de seu monopólio na presidência do Banco Mundial. Todavia, o BRICS afirmou que produziria uma declaração com uma postura coordenada sobre a sucessão. Cumpre lembrar que, na sucessão no FMI, a China apoiou Christine Lagarde em troca do terceiro cargo mais importante na instituição.

Por último, cabe apontar as discussões em torno da criação de um banco multilateral de desenvolvimento, liderado apenas por países emergentes. Em fevereiro de 2012, houve rumores de que a Índia sugeriria a criação da instituição ao BRICS. O plano teria circulado entre os membros do agrupamento e seria discutido no encontro dos representantes do G20 na Cidade do México. A proposta de criação da instituição – informalmente chamada de “Banco Sul-Sul” ou “Banco do BRICS” – teve o apoio do Brasil. Mesmo que as discussões ainda estejam no início, é possível prever dificuldades com relação às formas de financiamento

e à definição daqueles habilitados a usufruir os créditos, assim como outros inúmeros obstáculos. Dentre eles, estão o custo de captação de um banco só com países emergentes e a demora de um processo que envolveria a criação de uma sede e o treinamento de funcionários especializados.

Ainda que a quantidade de países que desejassem receber crédito fosse maior do que daqueles dispostos a financiar o possível banco, a instituição proposta poderia atender às exigências do desenvolvimento mundial. Embora estivesse longe de representar uma idéia inovadora – haja vista a discussão sobre a criação do Banco do Sul na América Latina –, o órgão poderia ser um passo importante na tentativa do BRICS de ampliar sua projeção internacional. A expectativa é a de que, na Cúpula de Nova Déli, em março de 2012, seus líderes coordenem posições sobre o tema. O Banco do BRICS, aliado à reforma das instituições financeiras existentes, poderia contribuir para que os membros do agrupamento assumissem uma posição que refletisse seu peso global.

Sobre os autores

Diego Santos Vieira de Jesus

Professor da Graduação e da Pós-Graduação lato sensu em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI / PUC-Rio)



BRICS Policy Center Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS

Rua Dona Mariana, 63 - Botafogo - Rio de Janeiro/RJ
Telefone: (21) 2535-0447 / CEP/ZIP CODE: 22280-020
www.bricspolicycenter.org / bpc@bricspolicycenter.org

